



DIREITO PENAL



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO DE DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Sheila, estudante do sétimo semestre da Faculdade de Direito, resolveu passar suas férias de julho em Portugal. A partir de janeiro de 2026, comprou as passagens, reservou hotel, restaurantes, espetáculos etc. Ocorre que, deslumbrada com a viagem e sem se atentar que seu passaporte já estava vencido, faltando apenas 10 dias para a viagem, resolveu fazer referida solicitação na Polícia Federal e se deparou com a impossibilidade de obtê-lo, haja vista o curto espaço de tempo. Desesperada, Sheila encontrou na internet e contratou uma empresa que prometia a obtenção do passaporte junto à Polícia Federal em poucos dias. No dia 02 de julho de 2026, ao entrar na fila para fazer o check-in no aeroporto internacional de Guarulhos/SP, Sheila teve suas malas revistadas pela Polícia, por suspeita de tráfico de drogas. No momento da abordagem, Sheila apresentou seu documento de identidade (RG) aos policiais. Nenhuma substância ilícita foi encontrada na bagagem de Sheila, entretanto, um dos policiais ao verificar o passaporte de Sheila, que se encontrava na bagagem de mão, percebeu a falsidade do documento. Diante disso, Sheila foi presa em flagrante. Instaurado o inquérito, em seu depoimento, Sheila afirmou que não sabia da falsidade do documento. Disse que encontrou na internet uma empresa que prometia conseguir o passaporte junto à Polícia Federal de forma célere e não suspeitou da idoneidade da empresa pois haviam depoimentos de outros consumidores na página da internet elogiando o serviço. Asseverou que enviou uma foto 3x4 “scaneada” e preencheu um formulário no site da empresa, iguais ao que constam nos sites da Polícia Federal e que dois dias depois, o referido documento lhe foi entregue; afirmou, ainda, que o pagamento foi feito em dinheiro (R\$ 2.500,00) no momento da entrega do documento, e recebeu o recibo e a nota fiscal referente ao serviço prestado. O policial, em seu depoimento na fase de inquérito, disse que no momento da revista pessoal, Sheila apresentou seu documento de identidade – RG; disse também que seu passaporte estava dentro de sua bolsa e a moça ainda não havia feito o check-in. Confirmou que a polícia havia recebido uma denúncia anônima de que havia uma passageira que iria embarcar com drogas e que Sheila somente foi abordada pois possuía descrições semelhantes com a pessoa descrita na denúncia anônima. Encerrou seu testemunho dizendo que nenhuma substância ilícita foi encontrada com ela. O representante do Ministério Público ofereceu denúncia perante o juízo da 2ª Vara Criminal Estadual da Comarca de Guarulhos/SP pelo crime de uso de documento falso (art. 304 do CP). A denúncia foi recebida no dia 13 de agosto de 2026, sendo que a citação pessoal operou-se no dia 17 de agosto do mesmo ano, uma segunda-feira. Como advogado(a) contratado(a) por Sheila, redija a peça privativa de advogado adequada à espécie, datando-a no último dia de sua apresentação legal e sustentando as teses pertinentes ao momento processual.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

João, desejando subtrair o telefone celular de Pedro, aproximou-se dele em uma rua pouco movimentada e colocou a mão em seu bolso. Ao perceber que Pedro estava usando a jaqueta emprestada de seu irmão, desistiu de prosseguir na empreitada criminosa pensando que o aquele celular pertencia a seu próprio irmão. João retirou a mão do bolso sem pegar o aparelho e deixou o local sem subtrair qualquer objeto. Posteriormente, Mariana comparece na delegacia de polícia do bairro e delata João, pois viu ele furtando a vítima e correndo. O Ministério Público, após o término das investigações, denunciou João pela prática do crime de furto consumado de telefone celular. Na qualidade de advogado(a) de João, responda fundamentadamente:

- A) Qual é a tese de direito material apta a afastar a imputação feita na denúncia? Justifique.
- B) Caberia ANPP para João, caso ele confessasse o delito imputado a ele na denúncia? Fundamente a sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Carlos foi preso transportando determinada quantidade de cocaína do Estado de Mato Grosso para o Estado de São Paulo. Durante as investigações, constatou-se que toda a operação ocorria exclusivamente em território brasileiro, inexistindo qualquer elemento que indicasse ingresso ou saída de drogas do país. A investigação foi conduzida pela Polícia Federal. A defesa sustentou que, por ter sido instaurado inquérito policial pela Polícia Federal, o processo deveria necessariamente tramitar perante a Justiça Federal. Com base na situação apresentada, responda:

- A) Qual será a medida cabível a ser apresentada logo após notificação sobre o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público por tráfico de drogas? Fundamente.
- B) Qual é o Juízo competente para processar e julgar Carlos, considerando que o tráfico ocorreu entre Estados brasileiros, mas não houve transnacionalidade? Justifique.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Marcos, residente em Belo Horizonte/MG, criou um falso perfil em uma rede social e passou a oferecer produtos eletrônicos inexistentes. Por meio de transferências eletrônicas, obteve valores de três vítimas:

- Ana, residente em Salvador/BA;
- Beatriz, residente em Recife/PE;
- Cláudio, residente em São Paulo/SP.

A fraude foi descoberta após a prisão de Marcos em Belo Horizonte. Surgiu controvérsia acerca do juízo territorialmente competente para processar e julgar os fatos. Considerando exclusivamente as regras de competência territorial previstas no Código de Processo Penal, responda:

A) Qual é a regra de fixação de competência aplicável ao crime de estelionato cometido mediante transferência de valores? Fundamente a sua resposta.

B) Havendo pluralidade de vítimas residentes em comarcas distintas, como no caso do enunciado, qual será o critério para definição da competência? Fundamente.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Paulo e Mariana mantiveram relacionamento afetivo por cinco anos. Após o término da relação, Paulo encontrou Mariana em um bar localizado na frente ao seu local de trabalho e, durante uma discussão motivada pelo antigo relacionamento, praticou contra ela uma lesão corporal de natureza leve. O Ministério Público ofereceu denúncia, prontamente recebida pelo juiz da Vara de Violência Doméstica da Comarca de Búzios- RJ. A defesa de Paulo apresentou duas questões em sua defesa: a) preliminarmente requereu a aplicação da Lei nº 9.099/1995, sustentando que o delito possui pena compatível com a classificação de infração de menor potencial ofensivo e, portanto, deveria ser processado perante o Juizado Especial Criminal, mediante o procedimento sumaríssimo; e b) a inexistência de representação da vítima, o que impediria a instauração da ação penal. Na condição de advogado(a) de Mariana, responda:

A) É aplicável o procedimento previsto na Lei nº 9.099/1995 ao caso? Justifique.

B) Acertou o advogado do réu quando exigiu a representação de Mariana nesse caso? Justifique a sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	